

60 dias de luta

Seis de abril é a data limite para o governo Lula fazer revisão da remuneração dos servidores (DIAP).

Daqui até lá, mesmo com o Carnaval no meio do caminho, a pressão dos servidores será total para resolver suas pendências gerais e específicas (EG 360). Algumas são históricas, como o auxílio-alimentação, outras o próprio

governo Lula criou ou aprofundou.

Os trabalhadores têm todas as razões para exigir que seja este o governo a resolvê-las, mas nada virá sem luta e sem mobilização.

Por isso, diversos setores já estão mobilizados e organizados fazendo contagem regressiva para a greve nacional, por tempo indeterminado, caso

o governo insista em adiar o atendimento das reivindicações (leia nas demais páginas).

No fim de fevereiro, todos os setores estarão em uma Plenária Nacional dos sindicatos filiados à Condsef para apresentar suas situações e definirem um calendário. Preparar esta discussão é uma das tarefas das próximas semanas.



CUT realiza vigília pela redução da jornada de trabalho

Na volta do recesso parlamentar, no dia 02.02, a CUT e demais centrais sindicais realizam vigília no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a aprovarem o projeto que reduz a jornada semanal de trabalho, no setor privado, para 40 horas sem redução de salários. A programação também

inclui audiências com lideranças de bancadas e visitas a parlamentares que apoiam a proposta. No serviço público federal a jornada já é de 40 horas, pois, como em outros casos, os servidores são precursores de direitos. Agora, é hora de sermos solidários para que a conquista se estenda ao setor privado.

Auxílio-alimentação

Reajuste só depende do Planejamento

O orçamento para 2010 foi sancionado pelo presidente Lula no dia 26.01 e preservou os recursos reservados para o aumento do auxílio-alimentação.

Segundo o que a própria SRH/Planejamento havia informado à Condsef, a única pendência que

impedia o reajuste era a sanção do presidente. Não havendo mais impedimentos, cabe ao Planejamento a publicação imediata da portaria que determinará os novos valores do benefício. O orçamento prevê a aplicação do reajuste para os 12 meses de 2010, por-

tanto deve vigorar a partir de 1º de janeiro.

O Sindsep-DF considera que a perspectiva dessa correção de 103% é resultado positivo da luta da categoria mas a luta vai continuar pela isonomia entre os Três Poderes.

Haiti

CUT inicia campanha para ajudar na reconstrução do movimento sindical haitiano

Reafirmando a solidariedade ao povo do Haiti, a CUT iniciou uma campanha para ajudar na reconstrução do país, "dando ênfase ao movimento sindical haitiano com o recolhimento de fundos entre os sindicatos brasileiros para serem remetidos às organizações com as quais a CUT mantém relações no Haiti".

A campanha conclama sindicatos filiados, ramos e CUT estaduais a contribuírem com depósitos no Banco do Brasil, agência 3324-3, conta corrente 956251-6 (SOS Sindical Haiti). Os que não têm conta no BB podem utilizar o CNPJ da

CUT (60563731/0001-77) para efetuar a transferência via DOC. A CUT nacional ficará encarregada de fazer chegar os donativos às organizações sindicais.

Em nota divulgada pela Executiva Nacional, a entidade afirma que "a situação atual no Haiti não é uma fatalidade, é fruto historicamente da superexploração e pilhagem das grandes potências, como a França e os EUA, do país que se constituiu na primeira nação negra independente do mundo em 1804". Leia íntegra da nota no www.sindsep-df.com.br.

Crise de corrupção no DF

Defesa da democracia

Se a democracia é expressão da vontade do povo, o que fazem no governo, no parlamento e na justiça do DF os integrantes do esquema de corrupção flagrado pela Polícia Federal? No dia 07.02, domingo, no Eixão Sul, o Sindsep-DF estará presente no Ato Público convocado pela CUT e outras entidades. Concentração às 9h, na altura da 102 Sul. Servidor, participe!



25.01: reunião dos representantes dos servidores na SRH/Planejamento

MFazenda

No país do futebol, a vida só começa depois do Carnaval

Era de se esperar que o governo acostumado em deixar para amanhã o que pode ser resolvido hoje, deixasse para depois do Carnaval o anúncio sobre a possibilidade do atendimento das propostas salariais apresentadas pelos servidores da Fazenda, bem como a de outros setores. O motivo é a indefinição sobre as prioridades a serem atendidas pelo governo em 2010 e 2011.

Para evitar uma negativa governamental, os servidores apresentaram uma proposta reformulada. Nesta proposta, a intenção principal é garantir o cumprimento total do acordo assegurando à

categoria a equiparação salarial com os previdenciários a partir deste ano, com conclusão em 2011 seguindo os mesmos períodos de reajuste e valores finais de remuneração que serão dados aos previdenciários.

A proposta é razoável e vai ser levada ao conhecimento do Secretário executivo da Fazenda que terá voto nas decisões sobre essas prioridades governamentais. Os fazendários esperam seu apoio definitivo à causa da categoria e o fortalecimento do PECFAZ.

O governo anunciará suas decisões a respeito do assunto um dia antes da próxima reunião com o

DENFA, marcada para o dia 24.02. No entanto, como resultado da insistência da Condsef, no dia 05.02, será anunciada a solução para que os servidores de nível auxiliar tenham a GAE incorporada ao VB e recebam os valores atrasados desde julho de 2008.

Um ultimato foi deixado na mesa de negociações pelos fazendários, toda enrolação será respondida radicalmente.

A proposta salarial apresentada ao governo foi resumida pelo Sindsep-DF para apresentação aos servidores e está disponível no www.sindsep-df.com.br.

DNPM

Sindsep-DF exige atendimento das reivindicações

No dia 26.01, representantes da Seção Sindical e direção do Sindsep-DF, juntamente com a direção da ANSDNPM, participaram de audiência com o diretor-geral do DNPM, Miguel Nery, para discutir a pauta de reivindicação do setor:

- Pagamento do retroativo referente à correção das tabelas de gratificação, publicada na MP 479/09: a direção do DNPM informou que o pagamento retroativo depende do Ministério do Planejamento que, por sua vez, afirma que o assunto deverá ser resolvido em fevereiro;

- Equiparação das tabelas salariais das áreas meio e fim: o diretor-geral alega que a questão será superada assim que for efetivada a transformação do DNPM em agência reguladora;

- Progressão e promoção funcional e regulamentação da gratificação de qualificação: em setembro de 2009, o Planejamento havia se comprometido em resolver o assunto por meio de um decreto. A di-

reção do DNPM informou que em 2010 já reiterou a solicitação.

- Gratificação de Atividade Mineral - GAM - pagamento referente ao período entre 1989 e 1994: o diretor-geral afirmou que a reivindicação não poderá ser atendida por falta de amparo legal.

A direção do DNPM deu informações sobre a transformação do órgão em agência reguladora. Está elaborando um Projeto de Lei pelo Ministério das Minas e Energia e há também uma proposta de Emenda à Constituição 433/09, do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG), em tramitação, na Câmara dos Deputados, tratando do assunto.

O Sindsep-DF deixou claro que independente da personalidade jurídica do órgão, o sindicato vai continuar lutando pela defesa e ampliação dos direitos dos servidores e tal transferência não poderá acarretar nenhum prejuízo para a categoria e tampouco excluir os aposentados e pensionistas do processo.

Funcionalismo

Governo descolado da necessidade de fortalecimento do Estado

Servidores continuam a alertar que o importante é fortalecer as estruturas já existentes

O governo vem destacando que em 2010 enfatizará a criação de, ainda mais, carreiras transversais em detrimento das reivindicações dos servidores, como do PGPE que lutam pela criação de carreiras específicas, dos órgãos nos quais estão lotados. Tal política preocupa os servidores, como do MTE, MDS e AGU. Recentemente, os servidores do MTE suspenderam uma

greve, sob a condição de o governo negociar a criação de uma carreira específica. Este, também, é um antigo pleito dos servidores do MDS, pois para cristalizar o legado da política de desenvolvimento social, iniciada neste governo, é necessária a construção de uma carreira que valorize os servidores do órgão, justamente, para que não seja uma política de um governo e sim uma política de

Estado. Na AGU, se arrasta a pelo menos dez anos a definição de uma carreira para os servidores Administrativos do órgão que foi criado pela Constituição Federal como executor de "Funções Essenciais a Justiça".

Diante das demandas já em discussão, como pode o governo afirmar que não pretende mais implementar carreiras específicas? Como pode imaginar que todas as discussões e pro-

cessos de finalização e encaminhamento dos pleitos ao Congresso serão esquecidas pelos servidores?

Esta ameaça de retrocesso exige, mais do que nunca, que os servidores se mobilizem para fazer valer os acordos, intensificar a pressão pela ratificação da Convenção 151 e estabelecimento da data base do funcionalismo. Os processos negociais precisam ter começo, meio e fim, e as

decisões não podem continuar ao bel prazer dos dirigentes de plantão.

O governo pretende condicionar a ratificação da Convenção 151 e o restabelecimento da data base à regulamentação do direito de greve no funcionalismo. Os servidores continuarão defendendo o direito irrestrito de greve, auto-regulamentado pelos trabalhadores e suas entidades sindicais.

Em defesa do Incra

Presidente do Incra reconhece como urgente o fortalecimento da Instituição, enquanto o Planejamento adia apresentação de propostas aos seus servidores

Em reunião com a CON-DSEF e a CNASI, representando os servidores do Incra, no dia 26.01, o presidente do órgão, Rolf Hachbart, reconheceu a urgência de se fortalecer a Instituição, reafirmando o compromisso em lutar pela melhoria de seus padrões remunerativos, pelo estabelecimento da igualdade de tratamento entre suas carreiras, traduzidos como passos essenciais à sua revitalização. Porém, alegou ser necessário o envolvimento dos Ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento Agrário, nessas e em outras questões vitais ao fortalecimento da Autarquia. Nesse sentido, a Condsef enviou um ofício ao MDA solicitando uma audiência com o Ministro Guilherme Cassel.

No dia seguinte, em reunião do GT do setor, a SRH/Planejamento, sob o argumento de o governo não ter definido o montante orçamentário necessário ao avanço das negociações, alegou não ter sido possível, como combinado na reunião de dezembro último, a elaboração de proposta para a GQ e a RT, adiantando, contudo, o entendimento já estabelecido em estender essas gratificações, concedidas a vários outros setores, ao Incra e aos servidores do Ministério da Cultura.

O Planejamento também se comprometeu em analisar e debater as demandas constantes nas emendas ao PL 5920/2009 apresentadas ao Congresso Nacional, mas informou que somente as categorias

profissionais constantes do PL original estariam, a princípio, com os ajustes garantidos para 2010, com base no orçamento aprovado para o atual exercício.

A SRH ainda argumentou que qualquer ajuste com impacto financeiro, fora dos já previstos, ficaria para 2011. Por fim, ratificou a intenção em concluir as negociações até março. A próxima reunião do GT ficou agendada para o dia 02.03. Os servidores ficaram inconformados com a situação e concluíram que a única maneira de superar tais desafios é mediante a intensificação das pressões, se propondo a definir, pelos próximos dias, uma agenda de trabalho e luta.

Vitória: servidores conquistam aposentadoria integral

Por solicitação da Confederação Nacional dos Servidores do Incra (CNASI), a direção do órgão está aplicando os dispositivos constitucionais que conferem a integralidade dos proventos para todos os servidores que se aposentaram depois da EC 47/2005, assim como, a revisão dos proventos dos demais aposentados e pensionistas. Desde então, todos os servidores do órgão que se aposentaram a partir de 2005 devem receber proventos integrais.

Com base na nota técnica nº 45/2009, do Ministério do Planejamento, que trata

dos procedimentos para cálculos dos proventos das aposentadorias, a CNASI argumentou que as orientações, por se tratar de análise de direitos conferidos pela Constituição Federal e suas emendas, são aplicáveis a toda a categoria dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

A CNASI, o Sindsep-DF e a Condsef continuarão lutando para que todos os servidores públicos de todos os setores do Executivo, assim como aqueles que se aposentaram antes da EC 47/2005, também tenham reconhecido o mesmo direito.

Mais um atentado à reforma agrária

Por meio da Portaria nº 16, de 13.01.10, o Incra determinou que 104 servidores e mais 61 veículos pertencentes às suas Superintendências Regionais sejam colocados à disposição da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, órgão subordinado ao MDA, para ajudar na execução do Programa Terra Legal. Em manifesto, a

CNASI declara que a Portaria só contribui "celeremente para o esvaziamento da Instituição e a secundarização das suas atribuições fundamentais, como a reforma agrária e as ações de ordenamento fundiário – iniciativas essenciais à efetivação da função social conferida à propriedade da terra". Leia a íntegra do manifesto no www.sindsep-df.com.br.

Atenção servidores que fizeram acordo dos 28,86%

O acordo firmado pela União para quitar os 28,86% estabeleceu que os valores fossem pagos em 14 parcelas durante sete anos. Porém, o governo não aplicou os índices corretos de correção monetária. Para fazer valer os direitos dos servidores, o Sindsep-DF está encaminhando algumas medidas. No dia 15.12.09, foi ajuizada uma ação de protesto interruptivo de prescrição, sob nº 2009.34.00.041580-9, distribuída para a 9ª Vara Federal, em nome de toda a categoria.

O objetivo é evitar que prescreva o prazo para pleitear judicialmente o resíduo de correção monetária das parcelas pagas até dezembro de 2005. Garantido esse prazo, ações administrativas e, se for o caso, também judiciais serão adotadas. Se você fez o acordo com a União, fique atento para as informações que serão publicadas em próximas edições do EG.

Agenda de mobilização para 2010

No dia 28.01, os empregados da Conab iniciaram uma série de reuniões organizadas para fazer um balanço das atividades de 2009 e discutir as principais lutas do setor. A primeira reunião foi com os empregados que trabalham no Ministério da Agricultura. Na agenda de 2010 está, entre outras lutas:

- Inclusão de todos os servidores no plano de seguridade complementar da Conab (Cibrius).

Atualmente, dos cinco mil servidores, pouco mais de 1.200 fazem parte do plano. Outro objetivo é buscar novos planos para quem está chegando;

- Garantia do plano de saúde para aposentados;

- Criação de programa interno para qualidade de vida dos servidores da Conab;

- Acompanhamento da Implantação do novo Plano de Carreira: PCCS 2009

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Colaboraram nesta edição: Augusto Tomazini, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Enos Barbosa, Felipe Diniz, José Parente, Madalena Azevedo, Oton Pereira Neves, Raquel Mazzilli, Roberto Glauber, Roberto Carvalho, Vera Ramos, Thereza Alencar, Paulo, Leide Santos, Cleide Portela, Giselle do Valle – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 19.200 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br



27.01: servidores mobilizados em frente ao MMA

MMA, Ibama, ICMBio e SFB

Todos à vigília, no 02.02!

No dia 27.01 os servidores do setor ambiental, no Distrito Federal e nos estados, cumpriram mais uma etapa do calendário, com contagem regressiva para o governo atendê-los. Em Brasília, os servidores fizeram concentração nas portarias dos órgãos, logo cedo e, ainda pela manhã se dirigiram à portaria da sede do Ministério do Meio Ambiente para protestar. Em seguida, cerca de 400 servidores marcharam com faixas até

a portaria do Ministério do Planejamento, para exigir o imediato envio da proposta do ministro Carlos Minc ao Congresso. O ato contou com a participação de representantes da CUT-DF, Condsef, Sindsep-DF, Asibama Nacional, Asibama-DF, Assemma e Anffema.

Vigília

A direção do Planejamento está convidando a do MMA a se reunir para tratar da reestruturação

da carreira. Durante o ato no Planejamento, os servidores aproveitaram para ressaltar que não aceitam mais protelações e que exigem que a referida reunião seja para tratar do envio da proposta ao Congresso.

A reunião está prevista para ocorrer no dia 02.02, terça-feira, às 16h, no Bloco "C". Os servidores do MMA, Ibama, ICMBio e SFB farão vigília na portaria do Planejamento, para acompanhá-la.

MTE

Servidores decidem aumentar a pressão

O resultado da segunda reunião de negociação na SRH/Planejamento, dia 27.01, frustrou as expectativas dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. O governo se limitou a dar respostas evasivas e não apresentou uma proposta concreta sobre o plano de carreira específico do setor.

Reunidos em assem-

bleia, no dia seguinte, os servidores concluíram que é necessário aumentar a pressão para que as negociações avancem e haja um resultado satisfatório no dia 22.03, data prevista para a última reunião.

Uma vigília em frente ao Planejamento foi marcada para o dia 10.03 para acompanhar a terceira rodada de negociações.

Seminário

Os Seminários Regionais sobre as condições de trabalho dos servidores do MTE foram adiados para os dias 08 e 09.02. Nos encontros serão discutidas melhorias nas condições de trabalho e a implementação do funcionamento ininterrupto de 12 horas das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) e jornada de seis horas para os servidores. As propostas aprovadas nos seminários estaduais serão debatidas e condensadas no Seminário Nacional que acontece dias 03 e 04.03.



28.01: servidores do MTE reunidos em assembleia avaliam resultado da reunião com o governo

FUNAI

Fortalecimento, sim. Desmonte, não!

Desde que o Decreto 7.056/09 foi publicado no DOU, os servidores da Funai e a comunidade indígena, estão mobilizados para cobrar sua imediata revogação. O decreto determina a extinção de 44 Administrações Regionais e 337 Postos Indígenas da Funai.

Em total intolerância, o presidente do órgão, Márcio Meira, ao invés de negociar, entrou com uma ação na justiça para retirada dos índios da sede Funai, além de mobilizar a Força Nacional para controlar a entrada e a saída do órgão, impedindo até mesmo sindicalistas de transitarem no edifício.

No dia 22.01, os servidores do DF e dos estados de Goiás, Pernambuco e Rondônia, juntamente com as lideranças indígenas,

realizaram um ato nacional em Brasília. No dia 26, outro ato foi realizado em frente ao Ministério da Justiça. Durante o Encontro Nacional organizado pela Condsef e sindicatos filiados, dia 23.01, os servidores da Funai decidiram que a mobilização continuará mais intensa e definiram um calendário de atividades para enfrentar e derrotar o decreto que desmonta o órgão.

O Sindsep-DF continua oferecendo total apoio político e material aos índios que estão acampados em Brasília.

Paralelamente à essa situação de conflito gerada pelo governo, a discussão do Plano de Carreira, que é uma das principais medidas de fortalecimento da instituição, está pautada para o dia 11.02, no Planejamento.



22.91: servidores da FUNAI e índios realizam ato pela revogação do Decreto 7.056/09

Chacina de Unai

À espera de Justiça!

Para cobrar agilidade no julgamento dos envolvidos na "Chacina de Unai", o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) realizou um ato público no dia em que o crime completou seis anos, 28.01, em frente ao STF. A CUT, o Sindsep-DF e as demais entidades que participaram do ato prestaram solidariedade e se comprometeram a pressionar os Três Poderes

para que os acusados não fiquem impunes. O crime aconteceu em 2004, em Unai (MG), quando três Auditores Fiscais do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados enquanto apuravam denúncia de trabalho escravo na região. Cinco, dos nove indiciados estão presos, os outros quatro aguardam julgamento em liberdade.